

EFEITO DOS CUSTOS AFUNDADOS, INCONTINÊNCIA E RACIONALIDADE

António Zilhão
Universidade de Lisboa

1. O Efeito dos Custos Afundados

De acordo com um princípio básico de racionalidade, a decisão de empreender uma determinada acção deve ser determinada somente pela análise das suas consequências. Assim sendo, considerações a respeito do uso prévio de recursos não devem exercer qualquer influência no processo de tomada de decisão do agente.

Porém, acontece por vezes que os agentes persistem numa actividade que eles próprios consideram não ser a melhor nas circunstâncias porque já despenderam recursos no decurso da sua execução. Quando este é o caso, diz-se desses agentes que estão a exhibir o efeito dos custos afundados. Este género de comportamento é observável com frequência e ocorre numa grande variedade de situações. Mais ainda, os agentes que exibem este efeito tendem a fazê-lo de modo consistente.

Em geral, a literatura psicológica é favorável à hipótese de que este efeito decorreria de um viés cognitivo que se manifestaria como um “erro robusto de julgamento” (Arkes & Blumer)¹. Este diagnóstico considera todos os casos de manifestação do efeito dos custos afundados como sendo de natureza intrinsecamente irracional, na medida em que todos eles consistiriam num afastamento sistemático do comportamento dos agentes em relação às prescrições do modelo normativo. Dado este diagnóstico, a questão que ficaria por resolver seria então apenas a de encontrar o mecanismo psicológico subjacente a tais desvios da racionalidade.

Arkes, um investigador proeminente na psicologia dos custos afundados, sugeriu que este mecanismo estaria associado a um desejo poderoso manifestado por muitos

¹ Cp. Arkes, H.R. & Blumer, C. 1985, p. 139.

agentes: o desejo de não parecerem desperdiçadores². É importante chamar a atenção para o uso do verbo ‘parecer’ na caracterização do conteúdo desta atitude proposicional. Com efeito, o desejo de não desperdiçar recursos é, em si mesmo, sensato e tem, presumivelmente, uma justificação evolucionária. Todavia, de acordo com Arkes, um tal desejo, só por si, não poderia dar conta do efeito dos custos afundados. Deixem-me explicar isto.

Falando racionalmente, a presença num agente do desejo de, simplesmente, não desperdiçar recursos deveria manifestar-se no cuidado com o qual ele tomaria decisões a respeito da aplicação dos recursos que teria à sua disposição; mas, uma vez que tais decisões tivessem sido cuidadosamente tomadas, e que os recursos tivessem sido utilizados, se, por razões que o agente não poderia razoavelmente ter antecipado, o investimento viesse a revelar-se *ex post facto* mal sucedido, então não deveria haver lugar para arrependimento. *A fortiori*, tão-pouco deveria haver qualquer razão que levasse o agente a agarrar-se à decisão tomada originalmente quando melhores opções se tivessem tornado perceptíveis. Por conseguinte, tão-pouco deveria haver motivos para o agente honrar custos afundados para não ser um desperdiçador.

Só se o agente tivesse sido descuidado na tomada da sua decisão original é que haveria justificação para a ocorrência nele de um arrependimento por ter sido desperdiçador. Mas, nessas circunstâncias, uma vez os recursos irremediavelmente gastos, seria já demasiado tarde para fazer alguma coisa para evitar esse arrependimento. Deste modo, e dado o princípio de racionalidade mencionado acima, mesmo que a decisão original tivesse sido descuidada e desperdiçadora, continuaria a ser menos desperdiçador para o agente abandonar o investimento inicial falhado e mudar de rumo do que manter-se agarrado a ele. Isto é, e de modo não surpreendente, o desejo de não desperdiçar recursos seria, em ambas as situações, melhor satisfeito pela adopção de um comportamento completamente concordante com o modelo normativo.

De acordo com Arkes, quando a generalidade das pessoas analisa investimentos feitos em situações do dia a dia, elas tendem a usar uma noção informal dos termos ‘desperdício’ e ‘desperdiçador’. Esta noção tem um carácter absoluto e não um carácter

² Ver Arkes, H.R. 1996.

relativo. De acordo com este uso, a expressão ‘ser um desperdiçador’ seria então apercebida como significando algo como ‘alguém que não utiliza completamente a coisa ou as coisas que adquiriu’ em vez de significar algo como ‘alguém que não faz o melhor uso do conjunto dos recursos que tem à sua disposição’.³ Ainda de acordo com Arkes, é com vista a não sermos julgados pelos outros como desperdiçadores, no primeiro dos sentidos do termo mencionados acima, que revelamos uma nítida tendência para sermos conduzidos pelo desejo de não *parecer* desperdiçadores, no mesmo sentido do termo. Mas o nosso comportamento de acordo com este desejo não seria, com frequência, congruente com o padrão que define o comportamento racional. E seria em tais casos de incongruência que o efeito dos custos afundados emergiria.⁴ Tipicamente, de acordo com este ponto de vista, o efeito seria observado quando uma decisão prévia nos teria feito gastar recursos consideráveis e, com vista a evitar sermos considerados pelos outros como desperdiçadores, nos comportaríamos como se essa decisão tivesse sido ótima, mesmo quando não o fora. Paradoxalmente, deste ponto de vista, seria o nosso medo de sermos vistos como desperdiçadores pelos outros que nos conduziria a adoptar comportamentos objectivamente desperdiçadores. A fórmula habitualmente usada para referir este efeito caracteriza tais comportamentos de uma forma bastante vívida: quem honra custos afundados está a “atirar dinheiro bom para cima de dinheiro mau”.⁵

2. Efeito dos Custos Afundados e Perspectiva dos Dois Sistemas de Raciocínio

Arkes fundamenta a sua análise numa extensa colecção de dados empíricos. Não há dúvida que a consideração dos mesmos nos leva a estabelecer uma conexão entre o efeito dos custos afundados e um qualquer género de aversão que as pessoas mostram ter perante o desperdício. Nalguns casos, esta aversão pode presumivelmente ser analisada em termos de os agentes revelarem ter um entendimento do conceito de desperdício semelhante àquele que este autor identifica. Todavia, eu permito-me discordar da ideia de que o desejo de não *parecer* um desperdiçador possa ser considerada como a explicação por omissão para o efeito dos custos afundados.

³ Cp. Arkes, H. 1996, p. 214.

⁴ Cp. Arkes, H. 1996, p. 213.

⁵ Cp. Arkes & Blumer 1985, p. 124; Bornstein & Chapman 1995, p. 264.

Arkes parece presumir que haveria uma oposição entre, por um lado, um mecanismo individual que, em condições normais, nos faria agir como pessoas racionais e, por outro lado, um desejo de reconhecimento social que nos faria desviar do nosso curso normal e nos levaria a fazer juízos irracionais de desperdício. Esta presunção parece-me ser inerentemente implausível. Com efeito, a expressão “os outros” não significa senão a soma de cada um de nós. Em que base é que um tal conceito social errado de ‘desperdício’ poderia ter-se originado numa população de agentes, se o comportamento de acordo com ele fosse de modo tão conspícuo contrário à tendência natural presente em cada um dos membros dessa população? Há aqui um mistério e eu não vejo como ele poderia ser resolvido.

Além disso, dada a nossa pressuposta natureza racional, e dado o facto de que, em geral, nós sabemos se a nossa decisão original foi ou não cuidadosamente tomada, nós deveríamos em geral ser capazes de saber se uma acusação de que teríamos desperdiçado recursos seria de facto apropriada; mas a presença em nós deste conhecimento transformaria pelo menos alguns dos casos de manifestação do efeito dos custos afundados em casos de dissimulação, ou mesmo má fé, em vez de casos de manifestação de um verdadeiro “erro robusto de julgamento”.

Afortunadamente, encontra-se na literatura relevante uma interessante explicação alternativa para, pelo menos, alguns casos deste efeito – a explicação designada por ‘aprender a lição’⁶. Na realidade, alguns agentes relatam acerca de si próprios que prosseguiram num rumo que eles próprios pensavam estar associado a um desfecho com uma utilidade esperada mais baixa do que outro ou outros igualmente à sua disposição, porque sentiram que tinham sido descuidados no uso dos seus recursos e que, por conseguinte, deviam arcar com as consequências da sua má decisão com vista a ensinarem-se a si próprios uma lição e não voltarem a repetir erros semelhantes no futuro.

A validade empírica de justificações *ex post facto* é, em geral, questionável, como todos sabemos. Não obstante, vou alongar-me um pouco sobre esta justificação particular. Há

⁶ Cp. Bornstein, B.H. & Chapman, G.B. 1995, pp. 252-253.

dois aspectos que a caracterizam que eu acho que são extremamente relevantes. Em primeiro lugar, ela mostra que os agentes que a formularam estão preocupados com o próprio desperdício, tal como faz sentido que estejam, dado o valor evolucionário que tem evitá-lo, em vez de estarem preocupados apenas com evitar *parecer* terem sido desperdiçadores. Em segundo lugar, dado o facto de que o auto-ensino que eles mencionam usaria a experiência das consequências desagradáveis de decisões descuidadas passadas com vista a fazer com que os agentes melhorassem as suas próprias tomadas de decisão futuras, o mecanismo que o geraria seria, na realidade, guiado por uma preocupação racional em não gastar recursos preciosos no futuro, em vez de ser guiado por uma preocupação irracional com recursos inapelavelmente perdidos no passado. Por conseguinte, este padrão de comportamento seria, *prima facie*, evolucionariamente bastante sensato.

Todos sabemos também que a consistência de uma proposta de explicação com um quadro explicativo mais amplo não constitui, por si só, qualquer prova da sua validade empírica. Todavia, Bornstein & Chapman, os seus proponentes, relatam que, num número relevante de casos, ela parece estar mais de acordo com a evidência disponível do que as alternativas. Curiosamente, porém, e a despeito de eles próprios a terem sugerido, Bornstein & Chapman desvalorizam a sua proposta de explicação ao sublinharem uma objecção que eles consideram ser decisiva contra a mesma. Estou a falar da objecção de que “para podermos ensinar a nós próprios uma lição temos que já a saber” o que tornaria o ensino em questão “paradoxal”⁷.

Creio, todavia, que este paradoxo pode ser facilmente dissolvido. Para isso, basta que adoptemos uma perspectiva dita do ‘sujeito múltiplo’. Aliás, num outro passo, os próprios autores reconhecem esta possibilidade, embora o façam de forma muito pouco convicta⁸. A questão que se põe é então a de saber se há ou não evidência independente que corrobore esta perspectiva.

A ideia do ‘sujeito múltiplo’ admite ser interpretada de muitas maneiras. Uma destas interpretações é a dos dois sistemas de raciocínio. Steven Sloman, um dos defensores

⁷ Cp. Bornstein B.H. & Chapman, G.B. 1995, p. 265.

⁸ Cp. Bornstein B.H. & Chapman, G.B. 1995, p. 265.

desta ideia, apresentou de facto alguma evidência independente para sustentá-la.⁹ De acordo com Sloman, há um conjunto peculiar de problemas de raciocínio que se deixa caracterizar pelo facto de todos eles satisfazerem aquilo a que ele chama o ‘Critério S’. Seguindo a sua definição, um problema de raciocínio satisfaz o critério S se e somente se leva os sujeitos a crer *simultaneamente* em duas respostas contraditórias. Deste modo, os problemas de raciocínio que satisfazem o critério S têm um *analogon* perceptual na ilusão de Müller-Lyer, na qual duas linhas *parecem-nos* ser de diferentes comprimentos apesar de, ao mesmo tempo, nós já *sabermos* que elas têm o mesmo comprimento.

Dado o facto de que, em princípio, um sistema de raciocínio só pode produzir uma resposta de cada vez, Sloman argumenta que a satisfação do critério S constitui evidência bastante forte de que existem de facto dois sistemas independentes de raciocínio, que eles foram ambos mobilizados para resolver o problema de raciocínio em questão, e que eles forneceram ao sujeito duas respostas diferentes para a mesma tarefa.¹⁰

O apelo para a existência de evidência independente a respeito da existência de dois sistemas de raciocínio permite-me aliviar os escrúpulos de Bornstein & Chapman a respeito das consequências paradoxais da explicação que eles próprios sugeriram. Mas penso que a introdução do critério S de Sloman neste debate me permite fazer mais do que isso. De facto, penso que ela pode ajudar-me a decidir num certo número de casos entre as duas explicações que se encontram em competição para dar conta do efeito dos custos afundados. Vou tentar mostrar em seguida que este é o caso.

Além de introduzir o critério S, Sloman estabelece também um importante contraste entre problemas de raciocínio que o satisfazem e problemas de raciocínio que também revelam a existência de factores que afectam o desempenho cognitivo mas que não o satisfazem. Estes últimos não são então correctamente caracterizados como pondo em evidência a existência de dois sistemas de raciocínio. Entre este segundo conjunto de problemas de raciocínio encontram-se aqueles que originam respostas que se encontram em conflito mútuo mas que são percebidas como correctas de um modo *sequencial* e

⁹ Ver Sloman, S.A. 1996a.

¹⁰ Cp. Sloman, S.A. 1996a, p. 11

não *simultâneo*. Estes problemas admitem ser vistos como tendo um *analogon* perceptual no cubo de Necker ou na figura pato/coelho, os quais os sujeitos são tipicamente capazes de ver ora de um modo ora de outro, mas não os dois em simultâneo. Exemplos típicos são aqueles casos nos quais as respostas que se encontram em conflito são devidas a interpretações linguísticas conflitantes de um termo ou expressão. De acordo com Sloman, a evidência psicológica sugere que quando um sujeito tem uma interpretação semântica em mente, então a outra interpretação que está em conflito com ela não está presente em simultâneo na sua mente¹¹. Isto é então consistente com a hipótese de que as duas interpretações semânticas são geradas no contexto do mesmo sistema de raciocínio.

Ora, se a emergência do efeito dos custos afundados fosse, em todas as circunstâncias, apenas uma consequência do nosso desejo de agir em função de um conceito popular, erróneo e socialmente induzido, de desperdício, então esse efeito deveria tender a desvanecer-se em indivíduos normais subsequentemente à sua exposição a um *modicum* de ensino explícito de teoria económica. Todavia, isto não é o que acontece numa proporção significativa de casos. Mas, além de mostrarem que este é o caso, os relatos empíricos mostram também duas outras coisas. Primeiro, eles mostram que uma importante proporção daqueles sujeitos que respondem a problemas de raciocínio de acordo com o efeito dos custos afundados, quando confrontados com a explicação de porque é que o seu raciocínio está errado, tendem a aceitar a solução normativa, ao mesmo tempo que relatam que, apesar de terem compreendido e aceite a explicação, a sua resposta anterior permanece associada a uma sensação de correcção difícil de extinguir. Em segundo lugar, eles mostram também que um importante número de sujeitos que respondem de acordo com o preceito normativo confessam em entrevista subsequente que a resposta de acordo com o efeito dos custos afundados também lhes surgiu em simultâneo como correcta, apesar de eles conhecerem as razões pelas quais ela não poderia sê-lo.¹² Isto é, a fazer fé nestes relatos, a partir do momento em que os sujeitos ficam cientes da existência de uma resposta normativa diferente da resposta não normativa mais espontânea, não só se verifica que as duas respostas passam a apresentar-se às suas mentes, como se verifica também que essa apresentação decorre em simultâneo e não subsequentemente.

¹¹ Ver Sloman, S.A. 1996b.

¹² cp. Stanovich 1999, pp. 109-116.

Deste modo, e pressupondo que a interpretação da evidência relevante por Sloman é correcta, parece fazer sentido incluir pelo menos alguns dos problemas de raciocínio associados com o efeito dos custos afundados na classe que ele identifica como sendo a daqueles problemas que satisfazem o critério S, isto é, a classe de problemas que indicam a presença subjacente de dois sistemas de raciocínio que, por vezes, competem um com o outro. Ao mesmo tempo, é também claro que se a explicação de Arkes fosse a explicação por omissão para este efeito, então a origem das respostas contraditórias deveria ter sido a ambiguidade semântica associada aos termos ‘desperdício’ e ‘desperdiçador’. Mas o que é típico dos casos de ambiguidade semântica é que as respostas surjam na mente dos sujeitos sequencialmente e não simultaneamente.

Em suma, há um subconjunto dos problemas de raciocínio desenhados para testar o efeito dos custos afundados, nomeadamente, o subconjunto que satisfaz o critério S, para os quais a explicação de ‘aprender a lição’ parece, de facto, ser mais consistente com o quadro explicativo mais lato sugerido pela própria evidência do que a explicação do ‘desejo de não parecer um desperdiçador’.

3. Incontinência

Deixem-me agora introduzir na discussão o tópico da acção incontinente. O *locus classicus* moderno, se assim me posso exprimir, da análise dos conceitos de *continência* e *incontinência* é o artigo de Donald Davidson “How is Weakness of Will Possible?”. Aí Davidson diz-nos que um agente é continente se e somente se ele faz uma busca exhaustiva no seu stock de crenças com vista a assegurar-se que *todas* as razões relevantes foram tomadas em consideração e apropriadamente sopesadas na formação do seu próprio juízo acerca da melhor forma de agir e se ele age de acordo com esse juízo.¹³ Enquanto forma de acção racional, a acção continente é assim concebida, simultaneamente, como uma instanciiação de um modelo de pura racionalidade ilimitada e como tendo um sentido psicologicamente relevante. Por outro lado, um agente é considerado por Davidson como tendo sido incontinente se e somente se, na sua acção,

¹³ Cp. Davidson, D. 1980, pp. 40-41.

ele *negligenciou* ou *não levou em conta* uma parte relevante das suas próprias crenças. E é isto que faz da sua acção incontinente uma acção irracional. Todavia, ele levou em conta algumas dessas crenças. E é isso que faz da sua acção uma acção intencional.

Os argumentos cognitivos contra a validade descritiva de um modelo de pura racionalidade ilimitada são bem conhecidos. Não há assim necessidade de passá-los em revista aqui. Pressupondo que eles são basicamente correctos, a análise de Davidson dos conceitos de continência e incontinência implica a consequência de que toda a acção humana real é incontinente. Se este é o caso, o par de conceitos continente/incontinente deixa de ter qualquer relevância explicativa para quaisquer fins psicológicos.

Em oposição a Davidson, Gary Watson defende que, de acordo com o conceito comum de incontinência, agentes alegadamente incontinentes comportando-se em desacordo com o seu próprio juízo acerca de qual seria a melhor forma de agir seriam, na realidade, indistinguíveis de agentes agindo sob uma qualquer forma de compulsão. Deste modo, nenhum caso de suposta acção incontinente seria, na realidade, livre ou intencional ou ambas¹⁴. Assim, do ponto de vista de Watson, se uma acção merece ser classificada como livre ou intencional, então essa acção tem que ter sido continente no sentido que Davidson dá ao termo; e se uma acção não pode ser considerada como continente, no mesmo sentido, então tão-pouco pode ser considerada ou como livre ou como intencional ou ambas e, por conseguinte, tão-pouco pode ser considerada como incontinente. Neste sentido, o conceito comum de acção incontinente é uma roda a girar no vazio.

Quem quer que tenha a intuição de que existem de facto tanto acções continentais como acções incontinentes, no sentido de acções livres e intencionais desempenhadas, respectivamente, em acordo com o juízo do agente acerca de qual seria a melhor acção a desempenhar nas circunstâncias e em desacordo com esse juízo, tem que sentir-se insatisfeito com o desenlace desta discussão. Davidson oferece-nos um desenvolvimento interessante e engenhoso da ideia de como é que as acções incontinentes seriam possíveis; mas do seu ponto de vista, juntamente com alguns pressupostos relativamente bem estabelecidos a respeito da nossa arquitectura cognitiva,

¹⁴ Cp. Watson, G. 1977.

segue-se que o conceito de acção continente só pode referir um ideal normativo que nunca poderá ser atingido na prática. Por seu lado, Watson diz-nos que, basicamente, esta intuição está errada e que o conceito comum de acção incontinente não tem pernas para andar. De acordo com o primeiro, somos todos incontinentes; de acordo com o segundo, somos todos continentes. A despeito de estarem em oposição um ao outro, as consequências das perspectivas de Davidson e Watson conduzem-nos inexoravelmente na mesma direcção: o par de conceitos continente/incontinente é inútil para fins psicológicos.

Eu creio que este par de conceitos é empiricamente significativo; deste modo, creio que ele merece ser preservado na teorização psicológica. Com vista a suportar esta contenção, vou apresentar em seguida uma descrição alternativa dos fenómenos alegadamente capturados por ele.

O modo como eu identifico as fontes da acção intencional é o seguinte. Por um lado, temos juízos que resultam de processos explícitos de raciocínio deliberativo, independentemente da proporção das razões do agente efectivamente tidas em conta no processo de raciocínio e independentemente da estratégia inferencial subjacente à sua produção. Por outro lado, temos juízos que resultam da activação de um sistema de raciocínio diferente, o qual se encontra fornecido com uma vasta gama de heurísticas rápidas e frugais. Ao primeiro tipo de juízos, chamo *juízos lentos*, e, ao segundo tipo de juízos, chamo *juízos rápidos*.

Concebo os juízos rápidos como estando mais próximos dos mecanismos que determinam imediatamente a acção do que os juízos lentos. Suponho também que a mente tem um arranjo modular. Creio, por isso, que faz todo o sentido supor que os juízos lentos e os juízos rápidos são originados em diferentes estruturas da mente. Em consonância com a perspectiva de Sloman acima mencionada, creio que existem casos nos quais ambas estas estruturas são mobilizadas para responder ao mesmo problema.

Por exemplo, suponhamos que, numa situação na qual ele se encontra confrontado com um determinado problema, um agente forma por meio de deliberação explícita um juízo lento acerca da melhor forma de agir e que ele tem a intenção de agir de acordo com ele; todavia, dados tanto o *domínio* ao qual o problema pertence como a *estrutura do*

ambiente envolvente, uma heurística particular albergada no aparelho cognitivo do agente é também accionada quando o momento da acção se aproxima. Em resultado, forma-se um juízo rápido e, *sem ter abandonado o seu juízo lento*, o agente age de um modo que não é aquele que ele considerou como resultado do seu raciocínio deliberativo explícito. Deste modo, ele agiu em acordo com um juízo rápido e em desacordo com o seu juízo lento acerca de qual seria a melhor forma de agir. Por outras palavras, o agente agiu contra o que ele próprio identifica sinceramente como sendo o seu melhor juízo. Tipicamente, quando isto acontece, o agente sente surpresa a respeito da sua própria acção. Em conjunto, estas duas facetas são típicas da fenomenologia da acção incontinente. Deste modo, proponho-me analisar o conceito de acção incontinente do seguinte modo: uma acção incontinente é uma acção livre e intencional que é determinada por um juízo rápido cujo conteúdo está em desacordo com o conteúdo do melhor juízo lento do próprio agente mas que, não obstante, o suplanta.

Por outro lado, apelo para o conceito de uma acção activada por um melhor juízo lento acerca de como agir para delinear os contornos da acção continente. Defendo que a formulação destes juízos envolve tipicamente a mobilização dos recursos da faculdade da linguagem do agente; em geral, isto significa igualmente que eles são acessíveis à consciência. Em consequência, quando age de modo continente, o agente não sente qualquer surpresa acerca do seu próprio comportamento. Creio que esta análise dos conceitos de acção continente e incontinente é bastante mais realista que as análises de Davidson e Watson.

4. Efeito dos Custos Afundados, Incontinência e Racionalidade

Creio também que o desempenho dos sujeitos informados que não responderam de acordo com o padrão normativo a alguns dos problemas desenhados para testar o efeito dos custos afundados apesar de ‘terem a obrigação de ter feito melhor’, e que relataram terem-se sentido confusos quando confrontados com a sua própria resposta não normativa, se encaixa bastante bem na definição de acção incontinente que apresentei acima. Isto é, parece apropriado dizer acerca desses sujeitos que, para sua própria surpresa, responderam intencionalmente contra a sua melhor razão para responderem normativamente. E creio também poder identificar aqui um padrão de comportamento

que pode ser encontrado em associação com diferentes conjuntos de dados empíricos recolhidos em observações variadas visando testar distintas competências cognitivas.¹⁵

No caso presente, avanço com a hipótese de que ensinar-se a si próprio uma lição é realmente uma estratégia responsável por um importante subconjunto de casos de observação do efeito dos custos afundados (mas de modo algum por todos), que esta estratégia é implementada como resultado da activação de uma heurística que reage a um nível cognitivo profundo contra comportamentos desperdiçadores protagonizados por nós próprios e que ela desemboca na formação de um juízo rápido que nos leva a honrar custos afundados. Desta hipótese seguem-se as seguintes três consequências: agir contra esta heurística deveria ser difícil e deveria requerer algum esforço e alguma sofisticação cognitiva; mesmo sujeitos que respondem de acordo com o padrão normativo deveriam não conseguir evitar sentir uma tendência para honrar custos afundados, de um modo semelhante ao que acontece na ilusão de Müller-Lyer; e, finalmente, sujeitos informados que, por isso mesmo, teriam a ‘obrigação’ de responder de acordo com o padrão normativo nos testes não o fariam e confessariam posteriormente sentir-se confusos quando confrontados com a sua própria resposta não normativa. Ora, cada uma destas três consequências é, de facto, referida na literatura empírica relevante. Neste sentido, a sustentação da plausibilidade desta hipótese parece não ser de todo destituída de fundamento abductivo.

Defendo por isso que, num certo número de situações (mas de modo nenhum em todas), o carácter peculiar de comportamentos desconcertantes de honrar custos afundados protagonizados por agentes informados é apropriadamente capturado pela sua consideração como acções incontinentes, isto é, acções que decorrem de juízos rápidos, eles próprios decorrentes da activação de heurísticas rápidas e frugais profundamente enraizadas na nossa mente, as quais, na ocasião, prevaleceram no processamento cognitivo. Nestes casos, esta prevalência traduz-se precisamente pelo facto de os juízos rápidos a que as heurísticas dão origem suplantarem juízos lentos localmente mais efectivos. Defendo ainda que estas acções, em vez de serem meros indicadores da existência de viéses cognitivos subjacente de natureza irracional, exprimem

¹⁵ A este respeito ver, por exemplo, Zilhão 2006 e Zilhão 2007.

frequentemente uma espécie de racionalidade adaptativa¹⁶ que necessita de ser tida em conta na teorização psicológica.

De facto, no caso particular do efeito dos custos afundados, há que ter presente que, desde que os benefícios a longo prazo de aprender a lição de não incorrer em desperdício numa determinada situação recorrente suplantem os custos de não mudar agora a decisão inicial, não parece haver qualquer razão para que não se considere que um agente incontinente (de acordo com a minha definição) agiu de uma forma mais razoável nessa situação do que um agente continente correspondente (também de acordo com a minha definição). Quer dizer, aquilo que, num plano atómico de observação, pode aparecer como um caso de comportamento irracional, pode, se considerado a partir de um plano estratégico de observação, ser de facto um padrão de comportamento bem ajustado, determinado por uma heurística com sentido, colocada em nós por uma preocupação evolucionária perfeitamente justificada com não voltar a desperdiçar recursos preciosos no futuro.

¹⁶ ver Gigerenzer, G. 2000.

LITERATURA:

- Arkes, H.R. 1996, "The Psychology of Waste" in *Journal of Behavioral Decision Making*, 9, 213-224.
- Arkes, H.R. & Blumer, C. 1985, "The Psychology of Sunk Cost" in *Organizational Behavior and Human Decision Processes* 35, 124-140.
- Bornstein, B.H. & Chapman, G.B. 1995, "Learning Lessons From Sunk Costs" in *Journal of Experimental Psychology: Applied*. 1, 4, 251-269.
- Davidson, D. 1970, 'How is Weakness of the Will Possible?' in Feinberg, J. (ed.), *Moral Concepts*. Oxford: Oxford University Press. Reprinted in Davidson, D. 1980, *Essays on Actions and Events*. Oxford: Clarendon Press, 21-42.
- Frisch, D. 1993, "Reasons for Framing Effects" in *Organizational Behavior and Human Decision Processes* 54, 399-429.
- Gigerenzer, G. 2000, *Adaptive Thinking – Rationality in the Real World*. Oxford: Oxford University Press.
- Gigerenzer, G. & Regier, T. 1996, "How Do We Tell an Association From a Rule?" in *Psychological Bulletin*, 119, 1, 23-26.
- Gigerenzer, G., Todd, P.M., & the ABC Research Group 1999, *Simple Heuristics that Make Us Smart*. Oxford: Oxford University Press.
- Kahneman, D., Slovic, P. & Tversky, A. 1982, *Judgment under uncertainty: Heuristics and biases*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sloman, S.A. 1996a, "The Empirical Case for Two Systems of Reasoning" in *Psychological Bulletin*, 119, 1, 3-22.
- Sloman, S.A. 1996b, "The Probative Value of Simultaneous Contradictory Belief: Reply to Gigerenzer and Regier (1996)" in *Psychological Bulletin*, 119, 1, 27-30.
- Stanovich, K.E. 1999, *Who is Rational? Studies of Individual Differences in Reasoning*. Mahwah (NJ): Lawrence Erlbaum.
- Watson, G. 1977. 'Skepticism about Weakness of Will'. *Philosophical Review*, 86: 316-39.
- Wilson, T.D. 2002, *Strangers to Ourselves – Discovering the Adaptive Unconscious*. Cambridge (MA): The Belknap Press of the Harvard University Press.

- Zilhão, A. 2006, “Incontinence, Fast and Frugal Heuristics and Probability Matching” in Manrique, F.M. y Peris-Viñé, L.M. (eds.): *Actas del V Congreso de la Sociedad de Lógica, Metodología y Filosofía de la Ciencia en España – Granada, 29 Noviembre – 1 Diciembre 2006*. Granada: Ediciones Sider, pp. 242-246.
- Zilhão, A. 2007, “Heurísticas Rápidas e Frugais, Encontro de Probabilidades e Incontinência” in *Cadernos de Filosofia*, 21, 2007, pp. 43-65.